

A culpa é do vizinho: uma análise dos casos de dengue na cobertura do jornal nacional em 2024¹

Carina Barros Lins²
Marília Felix de Carvalho³
Laura Santos de Souza⁴

RESUMO

O artigo objetiva compreender a construção do discurso televisivo do Jornal Nacional sobre os casos da dengue no Brasil e a ausência da discussão em torno do racismo ambiental. Na investigação, analisamos as reportagens disponibilizadas na plataforma digital GloboPlay, referentes ao mês de março de 2024, período marcado pela alta incidência de chuvas e potencial aumento dos casos. A pesquisa visou refletir sobre a conceituação teórica de justiça ambiental e racismo ambiental, buscando compreender como o discurso jornalístico aborda a temática, através de uma análise de conteúdo. Como resultados, foi possível verificar que o noticiário destaca o caráter de vigilância estatal e a culpabilização dos sujeitos de determinadas comunidades. Além disso, promove um discurso que confere a responsabilidade de prevenção e combate à doença aos indivíduos, invisibilizando a inoperância do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo Ambiental; Cobertura Jornalística; Dengue; Análise de Conteúdo.

1. Introdução

Segundo Guareschi (2004), o jornalismo tem o efeito de construir socialmente a realidade. Isso significa que as notícias e os assuntos veiculados são capazes de direcionar as discussões públicas e de influenciar a percepção da sociedade sobre os temas abordados. Para Guareschi (2004, p. 14), “uma coisa existe, ou deixa de existir, à medida em que é comunicada, veiculada. É por isso, consequentemente, que a comunicação é duplamente poderosa: tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas”.

¹ Trabalho apresentado no GT 4 - Comunicação Pública, Cidadania, Educação e Meio Ambiente no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025, em São Cristóvão/SE.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). E-mail: Carina.jnlmic@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). E-mail: marilia.felix@ufpe.br

⁴ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). E-mail: laurasantosdes@gmail.com

Dessa forma, os meios de comunicação formam “um campo autônomo, capaz de representar o social, construir diferentes realidades, criar distintas modalidades de socialização e influenciar e mediar outras esferas da vida social” (Mazzoti, 2008, p. 256). Sendo assim, torna-se imprescindível analisar de que forma o jornalismo veicula os seus conteúdos e também como realiza o enquadramento noticioso das suas matérias. O conceito de enquadramento jornalístico surge a partir do livro *Making News* (1978), da socióloga Gaye Tuchman. Para a autora, as notícias são enquadradas de um modo que atua na construção da realidade. Nesta tônica, o sociólogo Todd Gitlin argumenta que esses enquadramentos são definidos como padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, que envolvem a seleção, ênfase e exclusão de informações, usadas rotineiramente pelos manipuladores de símbolos para organizar o discurso, seja ele visual ou verbal (Gitlin, 1980, p. 7, tradução nossa).

Sendo assim, através da consulta a determinadas fontes e não a outras, do silenciamento de certos aspectos da realidade, a mídia pode enquadrar o acontecimento de forma a influenciar o modo como aquela notícia será compreendida pelo público. Por esses motivos, a análise do enquadramento jornalístico torna-se fundamental para verificar como a mídia interfere na vida em sociedade e, conseqüentemente, na percepção pública sobre determinados assuntos.

Diante disso, Mauro Porto (2004) propõe que o enquadramento jornalístico seja dividido em dois tipos principais: o enquadramento noticioso e o enquadramento interpretativo. Para o autor, o enquadramento noticioso seria o ponto de vista colocado naquela notícia a partir das técnicas de apresentação, seleção e ênfase das informações. Ou seja, esse seria o ângulo da notícia e resultado das escolhas “que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida” (Porto, 2004, p. 91). Em contrapartida, os enquadramentos interpretativos se encontram num nível mais específico e não estão ligados, necessariamente, aos jornalistas. Esse tipo de enquadramento é visto através das fontes entrevistadas, como agentes públicos, políticos, representantes de organizações sociais, entre outros. Porto (2004) argumenta ainda que, embora o enquadramento interpretativo também tenha contribuição dos jornalistas, este está ligado aos atores sociais externos à prática jornalística. Como exemplo estão as falas de determinados governantes sobre algum acontecimento

político, elas são “vozes externas” ao veículo jornalístico que emite aquele posicionamento. Contudo, embora não seja a voz da própria imprensa, essa voz externa também revela o posicionamento da mídia ao ser enquadrado pelos veículos.

A partir dessas definições de enquadramento da mídia, também é possível enxergá-la como um dispositivo pedagógico. Para compreendermos o caráter pedagógico da mídia, precisamos recorrer à ideia de dispositivo presente na obra de Michel Foucault. É na junção de elementos múltiplos, tais como as práticas discursivas e não-discursivas que podemos perceber que “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 2000, p. 138). Como explicam Stassun e Assmann (2010), podemos conceber um dispositivo ao isolarmos as estratégias das relações de força que suportam tipos de saberes, “o que está em jogo são formas de se exercer o poder, apoiadas em instrumentos de saber, produzindo efeitos de subjetivação e sujeição,” (Stassun; Assmann, p. 73, 2010). A partir desta leitura sobre o funcionamento do dispositivo em Foucault, Jorge Larrosa (1994) propõe então uma proposta de “dispositivo pedagógico” para falar das relações que o sujeito estabelece consigo, em um recorte espaço-temporal concreto. Relações que podem ser aprendidas ou modificadas na formação e transformação de sua experiência, constituindo sua subjetividade, longe de ser um processo neutro.

Rose Fischer (2017, p.63) sugere uma discussão que se coloca entre os dois principais campos de saberes da Comunicação e Educação, de caráter também interdisciplinar com outras ciências. Ao que ela chama de “estatuto pedagógico da mídia”, ancorada no conceito de “dispositivo pedagógico”, a autora busca estabelecer a relação entre mídia, tecnologia e produção dos sujeitos sociais. Um dos objetos de seu interesse é a televisão, debruça-se na característica de “repetição” presente na linguagem deste meio e nos efeitos desta prática na formação de identidade de seu público, formados e informados por ela.

Assim, quando pensamos o discurso televisivo, em especial no que se refere ao do objeto de análise desta investigação, o Jornal Nacional, enfatizamos o caráter de alcance em larga escala, a multiplicação dos enunciados presentes e a circulação de um discurso específico sobre os casos de dengue, estratégias de combate ou causas. Discurso este que é marcado por afirmações e repetições e que tem por finalidade

estabelecer parâmetros de leituras (maneiras de ser formado e informado) por meio dele. “Não se trata, obviamente, de separar conteúdo e forma, mas, ao contrário, de investigar a lógica discursiva da mídia em direção à produção de sentidos, a partir do exame de estratégias de linguagem” (Fischer, p. 66, 2017). Soma-se a isso, a definição de enquadramento jornalístico ao considerar que as informações são objetos de escolhas, recortes, seleções, ênfases e exclusões na construção das notícias e reportagens.

Por meio da análise de conteúdo (Bardin, [1977], 2016) pretendemos categorizar as reportagens do Jornal Nacional que abordam a temática da dengue. Nosso objetivo é investigar de que maneira se constrói o texto jornalístico ao tratar de tal tema. Levando em consideração que parte do nosso trabalho se volta para a necessidade do debate sobre o conceito de racismo ambiental - cujas discussões mais aprofundadas serão apresentadas à frente - buscamos aferir como o conteúdo noticioso apresenta as desigualdades sociais. A noção de justiça ambiental também está presente para fortalecer a discussão sobre as desigualdades sociais e facilitar apontamentos sobre os achados - ou as ausências - na construção das notícias analisadas.

2. A dengue em 2024

Desde o início do ano de 2024, o Brasil enfrenta um aumento exponencial dos casos de dengue. Dados do Ministério da Saúde atestam que, em menos de três meses, o país já registrou mais números de casos da doença do que em todo ano de 2023 (Felix, 2024). Além disso, até o dia 03 de abril, foram contabilizadas mais de mil mortes causadas pela dengue (Agência Brasil, 2024). A partir desses dados, importa compreender os motivos que causam a proliferação da doença no território brasileiro. Nas regiões que apresentaram o maior aumento dos casos, entre os fatores socioambientais responsáveis por esse crescimento estão as condições climáticas e a ocorrência de anomalias térmicas, como as ondas de calor, que aceleram a reprodução do vetor (Barcellos *et al.*, 2024). Além disso, a ausência de saneamento básico, tratamento deficiente de água e descarte incorreto do lixo também são alguns dos fatores que favorecem a reprodução do mosquito transmissor (Albuquerque Neto *et al.*, 2024).

No cenário atual, esses fatores e as suas consequências acabam sendo mais sentidas por uma parcela específica da população. De acordo com o Censo de 2022, divulgado pelo IBGE, as pessoas negras e indígenas são o grupo mais privado de direitos e recursos no país, o que as deixam mais suscetíveis aos desastres climáticos. Ainda de acordo com os dados do Censo de 2022, 62,51% da população brasileira possui acesso à rede de esgotamento sanitário. Desse total, 30,84% são pessoas brancas, 6,42% são pretas, 0,36% são amarelas, 24,79% são pessoas pardas e 0,11% são indígenas. Nesse sentido, é possível indagar como as desigualdades sociais, principalmente relacionadas à raça dentre outras questões interseccionais (Collins; Bilge, 2021), acentuam as consequências provocadas pelas mudanças climáticas, como é o caso da proliferação da dengue. Por isso, consideramos de fundamental importância discutir o conceito de racismo ambiental e a relação com os casos de dengue.

3. Racismo ambiental e os casos de dengue

O racismo ambiental se caracteriza pela desigualdade socioambiental em que grupos vulneráveis de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas enfrentam ao conviver em territórios de maior privação socioeconômica (Monteiro, *et al.*, 2023). Nesse sentido, os indivíduos de comunidades racialmente marginalizadas são afetados de maneira injusta e desproporcional por danos ambientais. Isso implica na forma como as minorias são excluídas pelo poder econômico nas decisões ambientais, culminando no racismo ambiental (Peralta, 2014). No entanto, esse processo acontece desde o período colonial, conforme Jesus (2020) a população negra escravizada vivia de forma desigual e não tinha acesso à saúde, às condições ambientais de qualidade e nem ao saneamento básico. Com a “libertação” dos povos escravizados, eles também não tiveram direitos aos territórios e, como modo de refúgio, foram morar em áreas de condições ambientais insalubres: nos morros, nas palafitas e nas favelas (Persch, Godoy e Alonso, 2023).

Desse modo, essa desigualdade racial, social e ambiental reflete na prática do racismo institucional: “também denominado de racismo sistêmico, corresponde ao mecanismo estrutural de exclusão racial seletiva no acesso aos benefícios gerados pelo

Estado e usufruídos pelos grupos raciais privilegiados” (Jesus, 2020, p. 4). De modo que expõe a população negra à condição de vulnerabilidade social e à falta de acesso a recursos naturais. Essa estrutura organizacional também se associa ao racismo estrutural, pois, segundo Almeida (2019, p. 22), ele é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Logo, o racismo estrutural está presente em todas as instituições e estruturas sociais, incluindo, por exemplo, como as políticas públicas criadas nos territórios beneficiam alguns grupos em detrimento de outros. Segundo Dutra (2023), o Estado evidencia o racismo ambiental quando decide pela sociedade quem deve se expor aos riscos ambientais.

O racismo é uma tecnologia de poder que vai operar o controle social, a dominação e a atuação do Estado. E é por meio desse tipo de dominação que se constitui a necropolítica - política de morte - em que o estado determina o corpo que deve viver e qual corpo deve morrer. Esse mecanismo é quem vai organizar o racismo ambiental que passa a operar no sentido de definir para quais corpos estão destinados os impactos ambientais negativos (Dutra, 2023, p. 92).

É nesse aspecto que surge a necessidade de compreender o conceito de racismo ambiental. A expressão surgiu nos anos de 1980 nos Estados Unidos e teve o pontapé inicial junto ao Movimento de Justiça Ambiental, que se constituiu a partir de uma articulação entre lutas de caráter, social, territorial, ambiental e de direitos civis⁵. Nessa perspectiva, em 1982, um acontecimento que ganhou repercussão por meio de protestos da população foi o depósito de resíduos tóxicos na comunidade de Warren County, na Carolina do Norte, nos EUA. O caso emblemático motivou o sociólogo Robert Bullard a pesquisar sobre a distribuição desigual de aterros em comunidades ricas e pobres.

Por que algumas comunidades são transformadas em depósitos de lixo enquanto outras escapam? Por que as regulamentações ambientais são vigorosamente aplicadas em algumas comunidades e não em outras? Por que alguns trabalhadores são protegidos das ameaças ao ambiente e à saúde enquanto a outros (como migrantes

⁵ O movimento de justiça ambiental adotou estratégias de luta históricas dos movimentos pelos direitos civis que lutavam pela igualdade de direitos entre negros e brancos, com protestos, passeatas, petições, relatórios, apuração de fatos e audiências para instruir a comunidade no debate público. Ambas as causas lutavam contra a desigualdade social (Acsegrad, Mello e Bezerra, 2009).

trabalhadores rurais) permite-se que sejam envenenados? (Bullard, 2004, p.42).

O sociólogo entendia que as ditas minorias étnicas eram mais afetadas por aterros sanitários e que a composição racial influenciava na disparidade das políticas ambientais aplicadas pelo governo norte-americano. É nesse sentido que, no meio desse conflito, o reverendo Benjamin Chavis identificou a presença do racismo ambiental, devido a imposição desproporcional de rejeitos tóxicos a comunidades de cor, incluindo a falta de políticas públicas em áreas territoriais e a ausência da sub-representação de grupos minoritários nas agências governamentais, que são responsáveis pelas decisões de localização dos rejeitos (Acseirad, Mello e Bezerra, 2009). Nesse panorama, percebemos que o termo na atualidade contemporânea vem à tona quando nos deparamos com os casos como a recente epidemia da dengue, pois notamos que grupos minoritários e as populações de baixa renda, que carecem de uma moradia digna e vivem em áreas territoriais mal planejadas, são mais afetadas pela doença (Lisboa, 2024).

Além disso, no Brasil, nem todos os indivíduos têm acesso ao saneamento básico, à água e à coleta de tratamento do esgoto. De acordo com o Instituto Trata Brasil (ITB), com bases no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA), em 2022, mais de 93 milhões de brasileiros (44%) não têm acesso à coleta de esgoto. Outro dado relevante é que o painel de monitoramento do Ministério da Saúde (MS) aponta que o grupo populacional com maiores registros de casos confirmados da doença são formados por mulheres pretas e pardas (Souza, 2024). Nesse sentido, percebemos que a doença não afeta a todos de forma igualitária e, em um Brasil com raízes históricas coloniais, o que resta aos corpos negros é ter as piores condições de vida. “O que se vê no Brasil é um mecanismo de controle social em que se opera um alto controle sobre os corpos indígenas e corpos negros direcionando-os para os lugares que a eles estão dados” (Dutra, 2023, p. 89). Essa realidade reflete em como as pessoas tentam sobreviver nos territórios periféricos, com a escassez das políticas públicas. Sendo assim, outra problemática surge: o avanço extremo das mudanças climáticas que têm contribuído para o aumento desses casos.

4. Os impactos das mudanças climáticas nos casos de dengue no Brasil

Degradação ambiental, desmatamento, secas, aumento do nível do mar, alagamentos e enchentes são situações ocasionadas pelas alterações do clima e com a maior frequência da intervenção humana com o meio ambiente. Esses eventos climáticos atingem a população de forma desproporcional e revela a desigualdade social, por meio da inoperância do estado em territórios de grupos mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Como assistimos às cheias históricas no Rio Grande do Sul, em 2024, e em qualquer região do Brasil e do mundo. “Quem mais sofre são as mulheres, os negros, os ribeirinhos, os povos originários e todas as demais maiorias sociais, minorias em termos de poder” (Pereira; Araújo, 2023, p. 54).

As alterações do clima também desvelam epidemias já existentes, com o aumento da temperatura, o ambiente é favorável para a infestação de mosquitos *Aedes Aegypti*, que culminam na contaminação da doença da dengue: “A reprodução do mosquito *Aedes* é viável entre 18 e 33°C, e a faixa ideal para manutenção da transmissão de arbovírus é de 21 a 30°C, padrão que ocorre na maior parte do Brasil” (Barcellos *et al.*, 2024). É com essa premissa que enxergamos o quanto as mudanças climáticas também interferem no direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado que está garantido a todos no art. 255, pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016). No entanto, essa garantia entra em contrariedade quando se depara com a gravidade dos casos de dengue no Brasil.

Nesta perspectiva, pensamos em como o espaço do cidadão também é afetado pela ausência de políticas governamentais a longo prazo que os precedem, pois a segregação urbana e a urbanização desenfreada contribui para a vulnerabilidade desses impactos. De acordo com Santos (1987), em um país democrata historicamente, marcado pelas desigualdades de renda e injustiças sociais, deve haver um pluralismo na participação dos cidadãos na sociedade.

Dessa forma, analisamos que a falta de representatividade nesses locais políticos, segundo Van Dijk (2018), pode fazer com que as elites simbólicas garantam o controle do poder e continuem reproduzindo as desigualdades sociais em seus discursos. Sendo assim, torna-se necessário entender se, no discurso televisivo do Jornal Nacional

sobre os casos da dengue, está sendo abordado o termo e a discussão sobre o racismo ambiental como uma das consequências desta epidemia.

5. Metodologia

A Análise de Conteúdo se baseia nos critérios de sistematicidade e confiabilidade para o tratamento que dá aos textos analisados “com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação” (Herscovitz, 2010, p. 126-127). Neste artigo, seguiremos a estrutura pensada cronologicamente por Bardin (2016, p. 95) para esquematizar nossa organização: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Com a escolha do nosso objeto de estudo, Jornal Nacional, e a delimitação do tema que nos interessava investigar, a dengue, partimos para a delimitação do nosso recorte temporal. Elegemos o mês de março como foco de nossa coleta, pois como discutido anteriormente, o início do ano de 2024 já apontava para um aumento considerável de casos em relação ao ano anterior. Considerando março como mês que fecha o primeiro trimestre do ano, bem como um mês marcado pelo alto índice de chuvas, compreendemos tal escolha como um indicador de um *corpus* de análise mais robusto. O primeiro passo foi a seleção das reportagens, que serviriam de base para pesquisa. Uma primeira “leitura flutuante” foi realizada, que consistiu em assistirmos aos materiais, do recorte elegido, disponibilizados no site da Globo⁶. Ao todo, foram levantadas 24 reportagens cuja temática da dengue era de alguma maneira evidenciada. Nessa primeira leitura dividimos as reportagens nas seguintes categorias: 1) Combate/prevenção ao mosquito (total de 6 notícias); 2) Tratamento da doença (total de 2 notícias); 3) Casos/situação da doença (total de 10 notícias); 4) Vacinação (total de 4 notícias); 5) Causas da epidemia (total de 2 notícias), mostra representativa do universo inicial, como parte do método. Cabe ressaltar que as notícias serão observadas

⁶ Utilizamos a plataforma digital de streaming de vídeos e áudios da GloboPlay operada pela Globo para realizar as análises da pesquisa. Disponível no endereço eletrônico: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/?gad_source=1&gclid=Cj0KCOjw2a6wBhCVARIsABPeH1vmcdMEiSDzfwoEZrQov_q49d5kmWKv2nBew7enwNp8gSfdaf1jxqwaArJQEALw_wcB&gclsrc=aw.ds

compreendendo suas polinarrativas, isto é, quando “recorrem ao uso da imagem em movimento, dos sujeitos em cena, da voz, do texto verbal, de sons e recursos cênicos e visuais” (Costa, Costa e Amorim, 2017, p. 264).

Após esse primeiro momento, realizamos a “escolha de documentos”, neste caso, as produções jornalísticas que nos interessavam, a partir de um segundo prisma de análise. Excluímos todas as matérias que não tinham como foco o combate, a prevenção ou as causas da doença (sejam elas ambientais ou não). Ou seja, foram desconsideradas as que tratavam da vacinação, das pesquisas sobre desenvolvimento de tratamento para cura da dengue, da superlotação dos hospitais ou da falta de atendimento médico.

Depois da delimitação desta segunda amostragem, realizamos a construção de um novo quadro de categorização das notícias, demarcadas pelas interpretações feitas a partir da primeira leitura. Pudemos criar um *corpus* homogêneo, no que diz respeito à obediência a critérios específicos de escolha. Enquadramos então as notícias analisadas em novas categorias, que respondem aos seguintes parâmetros: 1) Vigilância de si e do outro; 2) Culpabilização do sujeito. E como categoria que se coloca entre as duas, acrescentamos 3) Racismo ambiental, alinhando a investigação à discussão sobre desigualdades e injustiças sociais aqui propostas. Para este segundo quadro, temos um total de 10 reportagens. “A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (Bardin, p. 119, 1977).

Ao completar os processos descritos acima, passamos para o terceiro estágio de nossas análises: o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Buscamos extrair da mensagem os códigos utilizados (arsenal de palavras, figuras) e seus significados (as significações que a mensagem fornece) e a relação da mensagem com os seus receptores. “O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Bardin, p. 214, 1977). Ancorados na ideia do discurso jornalístico e suas múltiplas relações com a sociedade, prosseguimos para as reflexões obtidas em nossas análises.



Quadro 1 - Análise das reportagens

| Títulos das Matérias (Total de 10) | Categorias temáticas 1) Vigilância de si e do outro; 2) Culpabilização do sujeito; 3) Racismo ambiental | Trechos retirados das matérias | Racismo ambiental a partir das desigualdades (descrição das imagens) |
|---|--|--|---|
| 01.03.2024 - Governo e prefeituras fazem ações para combater o mosquito, no Dia D contra a dengue | 1) Vigilância de si e do outro 3) Racismo ambiental | “Dia D contra a dengue. Um dia reservado para eliminar todos os focos de mosquito que houver na casa de cada um. ” “Um mosquito ameaça a população e a população tem que reagir procurando criadouros de mosquito.” | Imagens de caixas d’águas quebradas, lajes e calhas com água acumulada. Pneus de automóveis nos lugares domésticos destacados acima. Imagens de piscinas aparentemente abandonadas em contraste com piscinas limpas (essas com pessoas nadando no que parece ser o terraço de um lugar com vista para o mar). |
| 02.03.2024 - Casos de dengue levam governo a fazer ‘Dia D’ de combate ao Aedes aegypti em todo o país | 1) Vigilância de si e do outro 3) Racismo ambiental | “As instruções são simples e todo mundo já ouviu: limpar e não deixar nenhum local ou objeto com água acumulada. ” “ Se cada um cuidar do seu lugar , eu acho que isso não vai proliferar mais.” | Agentes de vigilância em saúde fazendo mutirões em bairros populares. Ruas que não são asfaltadas, casas de tijolos não acabadas, nos evidenciando de que não são lugares considerados “elitizados”. |
| 04.03.2024 - Avanço da dengue no Brasil obriga prefeituras a reforçar o combate ao aedes aegypti | 2) Culpabilização do sujeito 3) Racismo ambiental | “O que a senhora acha que a senhora precisa fazer para não ter esse perigo morando na casa da senhora? ” “Os goianos agora enfrentam fiscalização rigorosa. Terreno vazio tem que estar bem cuidado, cortar o mato alto e retirar o lixo. A multa chega a mil reais.” | Ajuda de militares ao trabalho dos agentes de saúde. Lugares com lixo acumulado a céu aberto. Presença de “mato alto” em terrenos dentro da cidade. |



| | | | |
|--|---|---|---|
| 05.03.2024 - SP decreta emergência para a dengue | 2) Culpabilização do sujeito 3) Racismo ambiental | “A casa na zona oeste de São Paulo vazia e com aspecto de abandono já era alvo dos agentes de combate à dengue, mas o dono não era localizado e ninguém conseguia entrar. ” | Casa abandonada. Presença de agentes de combate a dengue com um drone transportando larvicida. Calhas quebradas e caixas d’água abertas. |
| 06.03.2024 - Autoridades de Saúde alertam para o agravamento da dengue entre os idosos | 1) Vigilância de si e do outro 3) Racismo ambiental | “A prevenção é o melhor remédio. Redobrar os cuidados em casa. Não deixar nenhum objeto ou local com água acumulada.” | Postos de saúde lotados. Imagens de idosos fazendo averiguação da pressão em tendas de atendimento à população. Ao final, imagens de lugares com acúmulo de lixo e de terrenos baldios. |
| 09.03.2024 - Afastamento de trabalhadores por causa da dengue atrasa a entrega de mercadorias e dificulta novos negócios | 1) Vigilância de si e do outro 3) Racismo ambiental | “A empresa reforçou a prevenção. ” | Trabalhadores em funções industriais de larga escala. Funcionários de uma empresa em atividade. |
| 15.03.2024 - Brasil já registra mais casos prováveis de dengue este ano do que em 2023 | 1) Vigilância de si e do outro Observação: Nesta reportagem há o diferencial de uma fala que, apesar de incorporar o dever individual e coletivo, inclui o Estado como responsável. 3) Racismo ambiental | “ Nós temos que combater a dengue o ano todo, o tempo todo. Se o Estado deixa de fazer o seu trabalho, que é: condições sanitárias, oferecer condições sanitárias adequadas, coleta de lixo adequada, orientação adequada à população. Certamente o estímulo falta.” | Imagens de hospitais públicos com pessoas internadas. “As famílias que convivem há décadas com o assombro do aedes aegypti” fala do repórter seguida da presença de uma família negra sendo entrevistada. |
| 18.03.2024 - Brasil atinge patamar histórico de casos prováveis de dengue | 1) Vigilância de si e do outro 3) Racismo ambiental | “Tentar fazer o máximo para não deixar água parada, ficar vigilante. ” | Imagens de hospitais públicos lotados. Filas e corredores cheios de pessoas. Instalação de um container do lado de fora para receber pessoas exclusivamente com casos de dengue. |



| | | | |
|--|--|---|---|
| 22.03.2024 - Incidência de casos de dengue no Brasil é mais que o triplo do índice que especialistas consideram alto | 2) Culpabilização do sujeito 3) Racismo ambiental | “Situações como essa (repórter aponta para área com lixo exposto) também contribuem. Em plena epidemia, olha a quantidade de possíveis mosquitos nesse terreno. ” | Bairro com acúmulo de lixo. Família negra moradora do local com múltiplas pessoas infectadas pela doença. |
| 28.03.2024 - Organização Pan-americana da Saúde faz previsão alarmante sobre a dengue no continente | 1) Vigilância de si e do outro 3) Racismo ambiental | “ A grande ferramenta de controle da transmissão da dengue segue sendo a eliminação dos criadouros dos mosquitos. Seja nos domicílios das pessoas, seja nos locais públicos , como parques, como no comércio, como praças, etc. Para que se reduza a população de mosquito e com isso se reduza também a transmissão.” | Foco da reportagem: América Latina. Imagem de homem lançando “fumacê” em pneus em Porto Rico (território americano no Caribe). Imagens de hospitais lotados na Argentina. Falas sobre “crescimento populacional” e “falta de planejamento urbano” associadas a imagens de lugares com lixo acumulado e cidades com falta de saneamento. |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

6. Análises

Um dos principais aspectos observados em nosso levantamento consiste na repetição dos passos indispensáveis no combate ao mosquito. Como orientação principal das matérias é reafirmada a necessidade de cada morador ser vigilante em sua moradia, retirando água parada dos seus espaços domésticos e também de sua vizinhança, seja no próprio bairro, ou na casa de algum vizinho. A partir desta percepção, deste elemento em comum, levantamos as categorias: 1) Vigilância de si e do outro e 2) Culpabilização do sujeito. Notamos que o noticiário ignora por vezes a inoperância do Estado em combater as desigualdades e responsabiliza os grupos em desvantagem pelo papel de zelo e cuidado com o seu território. E não queremos aqui afirmar que o chamado para a participação popular e da sociedade é desnecessário, pelo contrário. Todavia, não existe uma generalização quanto a este último aspecto, o que destacamos aqui é o fato de que de maneira mais esperada, as instruções a certos tipos de moradores e bairros - de forma mais homogênea - apontam sempre para a prevenção

como o caminho do combate, sendo esta uma medida que a população tem grande responsabilidade em efetuar.

Ao tratar sobre o poder disciplinar, Foucault (1987) fala de um funcionamento que permite a este “estar em toda parte”, o que o traria um caráter indiscreto, mas simultaneamente discreto por funcionar permanentemente e em silêncio. Um poder que se exerce sem necessariamente o uso da força ou violência, que opera prioritariamente em rede. “ Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente (...)”, (Foucault, 1987, p. 201). Sendo assim, os sistemas de vigilância não excluem as penalidades para seus delitos.

Podemos considerar o exemplo presente na reportagem “Avanço da dengue no Brasil obriga prefeituras a reforçar o combate ao *aedes aegypti*”. Nesta matéria, vemos que a fiscalização de terrenos abandonados é seguida de multa para aqueles que são encontrados em situação irregular quanto às medidas de higiene e combate ao mosquito. Desde o início de nossa investigação, a hipótese de que não haveria menção ao termo “racismo ambiental” já estava presente em nossas discussões. O que buscamos após isso era compreender de que maneira as desigualdades sociais poderiam ser manifestadas nas reportagens. O fato é que grande parte das reportagens traz bairros periféricos como cenário, as imagens que acompanham os relatos mostram lugares onde há acúmulo de lixo à céu aberto. Porém, tal ilustração demonstra muito mais a responsabilização dos sujeitos que habitam o lugar em manter a ordem e a limpeza, raramente existe um tensionamento sobre a falta de saneamento, ou mesmo sobre quem são as pessoas que estão vivendo nos bairros citados. Essas pessoas aparecem como entrevistados, mas não há dados estatísticos ou informacionais apresentando quem é a parcela da população que mais sofre.

Como podemos observar na última coluna do quadro, a presença de agentes de saúde, da monitoração de casa em casa e do combate ao mosquito nos bairros nunca é apresentada da perspectiva de bairros economicamente privilegiados. São lugares com falta de saneamento, que aparentam falta de coleta de lixo adequada. Lugares historicamente ocupados por populações racializadas, que sofrem com maior

intensidade os problemas ambientais devido a ausência de condições de vida satisfatórias. A ausência do termo “racismo ambiental” não mascara a prática comum de que o combate/prevenção é pensado para esses lugares específicos, ou seja, de que essas populações são as que mais sofrem com o descaso. Nos parece sintomático que o debate em torno do racismo ambiental seja silenciado no discurso, mas tão evidente no caráter polinarrativo do jornalismo televisivo (Costa, Costa e Amorim, 2017). Isto é, a imagem de bairros vulnerabilizados, com baixos índices de saneamento e atenção estatal. Bem como as pessoas entrevistadas são geralmente populares, moradores de bairros periféricos.

Fairclough (2016, p. 94) propõe considerar o termo “discurso” e o uso da linguagem como prática social e não apenas atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Ou seja, busca-se uma compreensão de como a prática discursiva organiza as crenças subjetivas sobre determinado tema e constrói identidades sociais e sistemas de conhecimento sobre ele. Pensar na linguagem televisiva e nas verdades embutidas em seu texto nos remete ao seu caráter pedagógico:

É disso, de problemas como esse da cultura contemporânea, que trata uma investigação que se propõe a fazer a descrição de uma linguagem que nos constitui, que se faz pedagógica exatamente na medida em que estabelece uma mediação entre o dito-mostrado e os sujeitos-espectadores, de modo que estes não só pensem a si mesmos, como constituam verdades para si mesmos e sobre si mesmos, a partir das enunciações produzidas nesse espaço fundamental da cultura (Fischer, p. 74, 2017).

Ao repetir que a “maior ferramenta de combate é a eliminação dos criadouros” sem a reflexão sobre as condições de vida nesses lugares, se transfere a responsabilidade para os sujeitos. O que está em jogo não é a promoção de práticas populares e comunitárias para se pensar a saúde, mas sim a busca por soluções rápidas para um problema que se localiza na negligência do órgão público.

Na tentativa de demonstrar efetividade, percebemos ações como o “Dia D”, em que agentes comunitários são enviados aos bairros para fazer uma vistoria em focos da dengue. Não anulamos aqui a importância desse tipo de mecanismo, no entanto, é necessário pensar sobre como a resposta do Estado se concentra majoritariamente na

competência desses trabalhadores. Além de realizarem o trabalho de vigilância, são responsáveis por mobilizar os moradores a fazerem o mesmo.

Nesse sentido, as nossas análises permitem mostrar que as reportagens não discutem a problemática do racismo ambiental, tampouco a influência da desigualdade social e da ausência de políticas públicas para o enfrentamento da dengue, mas o racismo ambiental se torna evidente na análise do composto comunicacional. A análise nos sugere que o Jornal Nacional como elemento da mídia hegemônica tradicional, possui como foco reforçar a ideia dos indivíduos como responsáveis pela vigilância do espaço ou enquanto culpados pela propagação da doença, da qual eles mesmos são vítimas.

7. Considerações finais

A partir dos pressupostos da mídia como dispositivo pedagógico e da construção dos enquadramentos jornalísticos nos produtos midiáticos, objetivamos perceber como o telejornal de maior audiência do país, o Jornal Nacional, noticiou os casos de dengue no mês de março de 2024. Nesse viés, também nos interessava compreender se o JN discutiu o então aumento da dengue a partir das problemáticas do racismo ambiental e das desigualdades sociais, além da influência da falta de políticas públicas nesse cenário, a exemplo da ausência de rede de esgotamento sanitário para uma parcela da população, da baixa frequência de água tratada distribuída aos domicílios e da deficitária coleta de lixo regular em algumas localidades.

Os dados coletados representaram 24 matérias veiculadas sobre a dengue no período escolhido. Após análise realizada à luz dos procedimentos da Análise de Conteúdo (AC), chegamos à mostra representativa de dez reportagens que tratavam sobre a prevenção, o combate e as causas do aumento da doença. A partir das inferências, chegamos à conclusão de que as reportagens veiculadas destacam predominantemente a necessidade da ação de vigilância de si e do outro por parte dos cidadãos ou a culpabilização dos sujeitos pelo crescimento das infecções.

Nesse sentido, ressaltamos que o Jornal Nacional não evidenciou a influência do racismo ambiental e da ausência do Estado na propagação da dengue. Embora seja

notório que por meio da escolha de planos de fundo, entrevistados e localidades nas produções é possível perceber que se tratam de bairros periféricos; além disso, o acúmulo de lixo e a falta de saneamento básico não são considerados enquanto fatores de multiplicação dos focos.

Dessa forma, o problema se afasta da esfera do poder público e é lido como responsabilidade de alguns. A partir disso, é válido incentivar a ocorrência de trabalhos futuros que avaliem o impacto dessa omissão e negligência do JN perante o público consumidor do telejornal e se isso interfere na ausência de cobrança ao poder público para o cumprimento das suas funções. Ressaltamos o caráter (in)formador da mídia e que o “não-dito” é também atravessado por uma lógica de opressão, cujas bases se encontram na operacionalização do racismo.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ALBUQUERQUE NETO, José *et al.* Dengue: os desafios não deixaram de existir. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 2863–2875, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n1-151>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA. **Brasil supera 1 mil mortes por dengue este ano**. Agência Brasil - Brasília, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-04/brasil-supera-1-mil-mortes-por-dengue-este-ano>. Acesso em: 08 abr. 2024.

BARCELLOS, Christovam *et al.* Climate change, thermal anomalies, and the recent progression of dengue in Brazil. **Sci Rep**, Londres, 14, 5948, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-56044-y>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p.40-68.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Vânia; COSTA, Alda; AMORIM, Célia. A televisão e a polinarrativa do jornalismo audiovisual. In: SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Editora Cartarse, 2017. p. 264-277.

DUTRA, Andressa. Racismo Ambiental: Justiça climática é justiça racial. In: BELMONT, Mariana (Org). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil [livro eletrônico]**. São Paulo, SP, 2023. p. 89 - 94.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FELIX, Paula. **Em menos de três meses, Brasil supera casos de dengue de 2023**. Veja, 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/em-menos-de-tres-meses-brasil-supera-casos-de-dengue-de-2023>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FISCHER, Rosa. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60 - 79, jul./dez. 2017 (1997). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71363>. Acesso em: 06 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2024.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. 2000. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foulcault.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2024.

GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Comunicação e Controle Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**. Berkeley: University of California Press, 1980.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL (ITB). **Coleta de Esgoto**. 2022. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/esgoto/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

JESUS, Victor. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, e180519, 2020. Doi: 10.1590/S0104-12902020180519.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LISBOA, Luana. **Mulheres pretas e pardas são as mais afetadas pela dengue no Brasil**. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/02/mulheres-pretas-e-pardas-sao-as-mais-afetadas-pela-dengue-no-brasil.shtml>. Acesso em: 12 de mar 24.

MAZZOTI, Henrique. Mídia e questionamento do poder: três abordagens teóricas. In: COUTINHO, Eduardo; FILHO, José; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 255-273.

MONTEIRO, Rhadson *et al.* RACISMO AMBIENTAL, JUSTIÇA AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Revista Em Favor De Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v.6, n.3, p.117-132, set - dez. 2023.

PERALTA, Carlos Eduardo (org.). **Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

PEREIRA, Dulce; ARAÚJO, Suely. O que são mudanças climáticas? In: BELMONT, Mariana (Org). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil [livro eletrônico]**. São Paulo, SP, 2023. P. 51 - 70.

PERSCH, Hudson; GODOY, Sandro; ALONSO, Ricardo. Do apartheid à equidade ambiental: a busca pela justiça climática no território brasileiro. **Revista Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, vº 18, nº 3, 3º quadrimestre de 2023. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp> - ISSN 1980-7791. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v18n3.p533-551>

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. (Org.) **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p.73-104.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SOUZA, Arthur de. **Mulheres pretas e pardas são o grupo com mais casos prováveis de dengue**. Correio Braziliense, 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/03/6823108-mulheres-pretas-e-pardas-sao-o-grupo-com-mais-casos-provaveis-de-dengue.html>. Acesso em: 16 de jun de 2024.

STASSUN, Cristian; ASSMANN, Selvino (2010). Dispositivo: Fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14744>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo, Editora Contexto, 2ª edição - 4ª reimpressão, 2018.